

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.318.113 - PE (2018/0150339-5)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
AGRAVANTE : **NILSON ALBINO PIMENTEL JUNIOR**
ADVOGADO : **ALESSANDRA LESSA DOS SANTOS E OUTRO(S) - PE014351**
AGRAVADO : **FAZENDA NACIONAL**
INTERES. : **PROGRESSO CENTRAL DE ARMAZENAGEM LTDA - ME**
INTERES. : **ALEXANDRE JOSE DE LIMA PIMENTEL**
ADVOGADOS : **PHELIPPE FALBO DI CAVALCANTI MELLO - PE024635**
: **JOAO VICTOR MOURA LIMA E OUTRO(S) - PE032778**
INTERES. : **LUIZ DE FRANÇA MIRANDA CUNHA FILHO**
INTERES. : **MARANHAO COMERCIO DE CARNE LTDA**
ADVOGADOS : **ALIRIO RIO LIMA MORAES DE MELO - PE012302**
: **MISSELANIA MARIA DA SILVA - PE030445**
INTERES. : **NELSON ALBINO PIMENTEL SOBRINHO**
INTERES. : **NARA LUCIA MELO DE SOUZA PIMENTEL**
INTERES. : **NILSON ALBINO PIMENTEL - ESPÓLIO**
REPR. POR : **FRANCISCO GOMES FERREIRA FILHO - INVENTARIANTE**
INTERES. : **CONSTANCIO MARANHAO PIMENTEL**
ADVOGADOS : **ALESSANDRA LESSA DOS SANTOS E OUTRO(S) - PE014351**
: **CLÁUDIO MOURA ALVES DE PAULA - PE016755**
INTERES. : **ALEXANDRE NOGUEIRA PAES BARRETO**
ADVOGADO : **MARIA DAS DÔRES VAZ DE OLIVEIRA FERNANDES -**
: **PE011770**
INTERES. : **MARAJÓ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL NOS EMBARGOS OPOSTOS NA ORIGEM. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial em razão da incidência das Súmulas 211 e 7 do STJ.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (fl. 1.761):

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS PARA O DEFERIMENTO DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA RECURSAL. CONTRATO SOCIAL E SEGUIDAS ALTERAÇÕES QUE DEMONSTRAM A ATUAÇÃO DO AGRAVANTE NA ADMINISTRAÇÃO DO NEGÓCIO. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA SOCIEDADE. DEMONSTRADA A EXISTÊNCIA DE GRUPO ECONÔMICO COM FORTES INDÍCIOS DE SEPARAÇÃO SOCIETÁRIA DE ÍNDOLE APENAS FORMAL, CONFUSÃO PATRIMONIAL E ADMINISTRAÇÃO COMUM CONDUZIDA

Superior Tribunal de Justiça

APENAS COM INTERESSES À CONVENIÊNCIA DO GRUPO E NÃO VISANDO AO INTERESSE DA PESSOA JURÍDICA CORRELATA. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.

1 - A antecipação da tutela recursal é cabível quando demonstrado em um só tempo os elementos da tutela de urgência, isto é, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (art. 300 do CPC/2015).

2 - Da leitura apenas de uma parte dos presentes autos (o processo digitalizado conta com 1.758 laudas) verifica-se que não se pode, neste momento processual, excluir o agravante da demanda fiscal. Seria temerário. Há vasta documentação contratual que apresenta a atuação extensiva do Sr. Nilson Jr. em variados períodos na administração da sociedade executada, repercutindo, conforme exarado na douda decisão, em uma possível confusão patrimonial e separação societária de índole apenas formal, sem falar que a empresa encerrou suas atividades sem que seguisse o procedimento legal quando o agravante compunha o quadro societário.

3- Decisão atacada mantida.

4- Agravo de instrumento improvido.

Embargos de declaração rejeitados às fls. 1.868-1.864.

No recurso especial o recorrente alega violação do artigo 1.022 do CPC/15, ao argumento de que a Corte local não se manifestou a respeito das seguintes questões:

i) o Tribunal de origem deixou, injustificadamente, de emitir juízo de valor acerca da decadência da dívida, bem como, sobre a irremediável configuração da prescrição ordinária intercorrente (arts. 150, § 4º, 156, V, 219, § 4º e 618, I e 113, § 1º e 156, V do CTN c/c art. prescrição 174, I e parágrafo único, do CTN e 240, § 2º e 803, I do CPC/2015);

ii) a indevida reunião de feitos, que não observou o fato de que, uma das execuções fiscais foi ajuizada contra a empresa e a outra alcança corresponsáveis cujos nomes exclusivamente constam do título executivo, não se podendo tratar situações diversas como se fossem iguais, sob pena de inclusão sub-reptícia de terceiros, independentemente da formulação de pedido de redirecionamento do feito contra os mesmos e de prova dos fatos que ensejam a sua responsabilidade pelo débito exequendo (art. 506, do CPC, dentre outros); e

iii) a Corte também se quedou silente quanto ao equívoco apontado no fundamento da decisão recorrida, eis que inexistente a premissa adotada na decisão agravada, já que o Recorrente jamais integrou o quadro social da empresa PROGRESSO CENTRAL DE ARMAZENAGEM LTDA (art. 135, do CTN). Ainda que se tratasse de informação verídica, esta empresa não tem qualquer responsabilidade pelo débito exequendo, tanto que foi excluída da lide, por força da decisão prolatada pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no bojo do AGRT 144725-PE;

Contrarrazões às fls. 1.915-1.923.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Afasta-se a alegada violação do artigo 1.022 do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma

Superior Tribunal de Justiça

eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

No caso dos autos, evidencia-se que assim consignou o acórdão recorrido quanto às omissões referentes aos itens **i** e **iii** (fls. 1.783/1.784 - grifei):

Na alteração do contrato social da empresa MARAJÓ - MATADOURO E FRIGORÍFICO INDUSTRIAL LTDA. , datado de 02 de outubro de 1995, verifico que o Sr. Nilson albino Pimentel Júnior ingressa na sociedade, contudo, em 09 de outubro de 1995 , retira-se da sociedade (4050000.6725889). Nada obstante, constato que na alteração do contrato social consolidação da firma Marajó Matadouro e Frigorífico Industrial Ltda. o Sr. Nilson Albino P. Junior recebe 20 mil em quotas E neste mesmo documento estabelece-se a composição atual do capital social e mudança da alteração do nome da empresa de MARAJO MATADOURO E FRIGORIFICO INDUSTRIAL LTDA para MARAJO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. . Neste documento constam os nomes do Sr, Nilson Jr. atuando como sócio e assinando o documento datado de 18 de outubro de 1995. Nesta alteração vê-se no parágrafo segundo que a Sra. Nara Lúcia e o Sr. Nilson Jr.

competem substituir o sócio gerente, nos casos de sua falta ou impedimento em conjunto ou isoladamente.

Já em dezembro de 2000 , há nova alteração social para a saída e entrada de sócios com a saída de Nilson albino e a entrada de Jaymar Fernando.

Em nova alteração social, verifica-se a saída do Sr. Jaymar Fernando e a entrada de Nilson Albino Pimentel Jr. em 08 de outubro de 2001. Nova alteração contratual para adequação e consolidação ao novo Código Civil da Sociedade Marajó O Sr. Nilson Jr. é o responsável em 26 de agosto de 2011 pela administração da sociedade com o Sr. Constâncio. **Não há como afastar esta responsabilidade considerando que no momento da dissolução irregular o agravante figurava no quadro social da executada, nos termos das fls. 400/461 .**

Da leitura de apenas uma parte dos presentes autos (o processo digitalizado conta com 1.758 laudas) verifica-se que não se pode, neste momento processual, excluir o agravante da demanda fiscal. Seria temerário. Há vasta documentação contratual que apresenta a atuação extensiva do Sr. Nilson Jr. em variados períodos na administração da sociedade executada, repercutindo, conforme exarado na douda decisão, em uma possível confusão patrimonial e separação societária de índole apenas formal, sem falar que a sociedade encerrou suas atividades, sem que seguisse o procedimento legal.

Relativamente aos outros pontos suscitados, especificamente quanto à decadência e prescrição, estas questões serão debatidas em momento oportuno com a apresentação de prova em fase instrutória, incompatível com este recurso.

Ainda quanto aos itens **i** e **iii**, tem-se, no julgamento dos aclaratórios, o seguinte (fls. 1.860-1.863 - grifei):

Primeiramente registro que a decisão agravada, a qual foi objeto do agravo de instrumento, limitou-se a verificar a ocorrência de grupo econômico e a legitimidade passiva do agravante na participação societária e gerencial das empresas que compõem o grupo. E, baseado nesta premissa o acórdão foi fundamentado (Id. 4050000.6724026).

(...)

Relativamente à alegação de que se trata de obrigação principal ou acessória, ou a respeito da ocorrência de prescrição, entende-se que

referidos argumentos de defesa devem ser apresentados no decorrer do processo, porquanto não se trata de hipótese que se pode reconhecer de plano pelo julgador.

Há de se registrar que o voto condutor baseou-se nos dados digitalizados nos autos, tendo constatado a existência de indícios envolvendo a pessoa física e não há nada que indique a presença a um só tempo da existência de risco de dano ao processo em curso ou que os argumentos manifestados pelo agravante, em seu legítimo direito de defesa, possam, pelo menos neste momento processual, traduzir em verossimilhança nas alegações. Até porque o douto julgador, em sua decisão agravada, afastou qualquer ato construtivo, vejamos :

" As circunstâncias das sociedades empresárias integrarem um mesmo grupo econômico ou de haver confusão patrimonial, por si sós, não eliminam ou fazem desaparecer a necessidade de se observar o devido processo legal, antes de serem ultimadas providências que importam no perdimento de bens, até mesmo porque a exequente não apresentou argumentos que determinassem a realização das medidas constritivas antes das respectivas citações.

Nesse contexto, cumpre indeferir o pedido de realização de constrições anteriores à citação. (...)

O fundamento do voto fundou-se no conteúdo e nos documentos que se observam nos autos. Senão vejamos :

(...)

Relativamente aos outros pontos suscitados, especificamente quanto à decadência e prescrição, estas questões serão debatidas em momento oportuno com a apresentação de prova em fase instrutória, incompatível com este recurso. Importa ainda dizer que a prescrição e decadência não foram tratadas na decisão agravada, que aqui limitou-se, como já dito, à legitimidade passiva do sr. Nilson Albino Jr. Não poderia o acórdão avançar para analisar questão não apreciada na instância ordinária, sob pena de supressão de instância e cerceamento de defesa. Até porque quando se suscita prescrição e/ou decadência a dilação probatória se impõe, dada à necessidade de se verificar se houve inércia ou não da entidade exequente. Para o caso, precisa ser provado se houve fato interruptivo ou suspensivo da contagem do prazo prescricional. Verifica-se não ser hipótese para ser resolvida de plano pelas características do processo cuja execução já perdura há quase 14 anos . Há portanto de lançar-se mão de provas .

(...)

No tocante aos aspectos processuais, os autos correm em estrita observância ao devido processo legal, sem que possa alegar qualquer mácula. A citação é válida e não há que se falar em nulidade do título extrajudicial. O inconformismo acerca da omissão no acórdão, não convence . Em verdade, o embargante ao alegar referidas matérias, exerce com toda amplitude seu legítimo direito de defesa, contudo, referidos argumentos, não são capazes de anular qualquer ato que se encontra baseado em provas robustas.

A questão de que o acórdão não se pronunciou sobre o fato de o Sr. Nilson Albino Pimentel Júnior não ter atuado na Progresso Central de Armazenagem Ltda. ME, conforme dito na decisão agravada, entendo que esta questão será discutida em sua plenitude no processo principal com o efetivo contraditório e a regular produção probatória. O que não se pode é afastar e negar o que emana dos autos, uma vez que o nome

Superior Tribunal de Justiça

do agravante é recorrente em variadas fases do processo de execução que envolvem a pessoa jurídica executada.

Relativamente aos outros temas tidos por omissos, apenas nos autos principais estes serão desenvolvidos, dada à limitação do recurso do agravo de instrumento, que apenas verifica se há na decisão agravada elementos que possam suscitar violação à probabilidade do direito ou a ocorrência de dano ou risco ao resultado útil do processo (art. 300, do CPC/2015) .

Logo, entendo que não há que se falar em omissão, obscuridade ou confusão, dada a dissonância com o que prescreve o art. 1.022, do CPC/2015.

Desnecessário, portanto, qualquer esclarecimento ou complemento ao que já decidido pela Corte de origem, pelo que se afasta a ofensa ao artigo 1.022 do CPC/2015.

Quanto à omissão relativa ao **item ii**, sobre a indevida reunião de feitos, não se conhece do recurso. Isso porque a questão ora levantada como omissa não foi ventilada na peça do recurso de apelação, tendo sido apresentada para debate somente em sede de embargos de declaração, incorrendo em vedada inovação recursal, situação essa que não caracteriza omissão.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 458 E 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA.

[...]

2. A ausência de manifestação, pelo Tribunal de origem, acerca de matéria suscitada apenas nos embargos declaratórios, em evidente inovação de tese recursal, não caracteriza omissão. Precedentes: AgInt no AREsp 995.381/BA, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 2/5/2017; EDcl no REsp 1.643.250/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 16/10/2017.

[...]

(AgInt no REsp 1.138.093/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 30/11/2017, DJe 11/12/2017).

Ante o exposto, **conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe o provimento.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator